



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na  
cerimônia de sanção do Projeto de Lei de Gestão de Florestas Públicas**

**Palácio do Planalto, 02 de março de 2006**

Senhores embaixadores acreditados junto ao meu governo,  
Ministra Dilma Rousseff,  
Senhor Carlos Guedes Pinto, ministro interino da Agricultura, Pecuária e  
Abastecimento,  
Ivan Ramalho, ministro interino do Desenvolvimento, Indústria e  
Comércio Exterior,  
Minha querida companheira Marina,  
Meu caro Miguel Rossetto,  
Meu caro Waldir Pires,  
Meu caro Jaques Wagner,  
Governadores Wellington Dias, do Piauí, e Jorge Viana, do Acre,  
Senadores Eduardo Suplicy, Sibá Machado e Tião Viana,  
Deputados Beto Albuquerque e Miguel de Souza,  
Senhores representantes de organismos internacionais,  
Meu caro Marcos Barros, presidente do Ibama,  
Meu caro José Machado, presidente da ANA,  
Meu caro Rolf, presidente do Incra,  
Meu caro João Paulo Ribeiro Capobianco, secretário de Biodiversidade  
e Floresta do Ministério do Meio Ambiente,  
Meu caro Langoni, secretário executivo do Ministério do Meio Ambiente,  
Meu caro Roberto Waack, representante do setor empresarial,  
Cíntia Leandro, representante das ONGs e Movimentos Sociais,  
Meus amigos,  
Minhas amigas,



Empresários,  
Trabalhadores,  
Ambientalistas,  
Amigos da imprensa,

Sancionar a Lei de Gestão de Florestas Públicas significa, para mim, muito mais do que a criação de um novo dispositivo que trata da questão ambiental. Significa, isto sim, a coroação de um processo que vem ocorrendo no Brasil nos últimos três anos e que mostra claramente a opção de nosso país pelo desenvolvimento ambientalmente sustentável e com inclusão social.

Digo isto porque a possibilidade de ordenar o uso das nossas florestas, criada por esta Lei, está chegando no mesmo momento em que nossa política ambiental está avançando – e gerando resultados concretos – em suas mais diferentes áreas.

Reduzimos em 31% a derrubada de florestas durante o ano de 2005, graças às ações do nosso Plano de Combate ao Desmatamento. Com isso, conseguimos reverter, pela primeira vez em nove anos, o crescimento na devastação de nossas matas.

Adotamos uma política firme e ousada de criação de unidades de conservação. As unidades criadas pelo nosso governo já atingem 15 milhões de hectares. Isso significa três vezes e meia a extensão do estado do Rio de Janeiro. E um terço da extensão de todas as unidades criadas em nossa história. Além disso, homologamos desde 2003 a demarcação de 55 Terras Indígenas, com a extensão de quase 10 milhões de hectares.

A questão do meio ambiente é hoje ponto central das ações de todos os Ministérios e órgãos do governo. Isto nos permite não apenas ser um dos pioneiros mundiais na produção do Biodiesel – combustível limpo e renovável – mas também planejar as grandes obras de infra-estrutura de forma mais racional.



Hoje, um projeto de rodovias ou de usinas hidrelétricas só é lícito e iniciado quando sua viabilidade ambiental e social é comprovada antecipadamente. Este é o caso do asfaltamento da BR-163, no sul do Pará, região onde historicamente a degradação ambiental e a violência agrária andavam de mãos dadas. Foi exatamente para essa região que criamos, na semana passada, o primeiro Distrito Florestal Sustentável do Brasil.

Graças a esta iniciativa, a estrada será asfaltada no mesmo momento em que vários dos nossos Ministérios estarão trabalhando para garantir a regularização fundiária, combater o desmatamento e a violência e levar os benefícios sociais básicos e o desenvolvimento a toda a população sofrida da região.

Minhas amigas e meus amigos,

A Lei de Gestão de Florestas Públicas reconhece no patrimônio natural um verdadeiro motor para o desenvolvimento brasileiro. Um desenvolvimento que pode ser atingido sem imediatismos e com a devida preservação ambiental.

Nossa maior riqueza natural, a Amazônia, será certamente a área que mais ganhará com a implementação desta lei. Como todos sabemos, a região amazônica tem, hoje, a maior cobertura florestal do planeta. Três quartos de sua porção brasileira são constituídos de florestas públicas. São áreas da União, de estados e de municípios que formam um patrimônio de todos os cidadãos brasileiros. Em resumo, eu poderia dizer que a nova lei garante, para hoje e para o futuro, que essas florestas públicas continuem a ser florestas. E que continuem a ser públicas, o que é muito importante.

Para que elas continuem a ser florestas, estabelecemos uma série de critérios ambientais necessários para que a expansão das atividades econômicas deixe de ser sinônimo de degradação ambiental. Definimos tipos de áreas que podem ser exploradas e outras que devem permanecer intocadas.



Onde a exploração passa a ser permitida, a lei fomenta o uso sustentado dos recursos da floresta. E cria uma série de regras quanto às atividades econômicas nestas áreas. Com isso, abrimos mão de uma expansão econômica rápida e desordenada que gera lucros a curto prazo mas que, em poucos anos, degrada o solo e os ecossistemas que a natureza levou milhares de anos para formar. E, em seu lugar, abraçamos uma política sólida e consistente de desenvolvimento que garantirá aos nossos filhos – e aos filhos de nossos filhos – a oportunidade de viver em um país com tantas riquezas naturais. Para que nossas florestas continuem a ser públicas, estamos revolucionando a forma de sua ocupação.

As terras da União, dos estados e dos municípios poderão ser exploradas por empresas privadas. Mas isto será feito dentro dos parâmetros da lei, através de concessões pagas e conquistadas a partir de licitações. Com isso, ganha o empresário, que poderá explorar legalmente as florestas públicas. Ganha o Estado, que receberá pela concessão e também poderá planejar melhor o uso do patrimônio público. E ganha o meio ambiente, pois o concessionário será obrigado a cumprir uma série de regras ambientais que hoje são desrespeitadas por aqueles que ocupam as florestas de forma ilegal. A justiça social também ganha com esta lei.

Da mesma forma que algumas áreas serão destinadas ao uso comercial por meio de concessões, outras áreas serão destinadas a projetos de manejo comunitário e familiar, tais como assentamentos florestais, reservas extrativistas e projetos de desenvolvimento sustentável. Tais iniciativas beneficiam, em especial, as famílias de extrativistas e de pequenos agricultores da floresta que ainda sofrem com os conflitos agrários e com a violência decorrente da falta de regularização fundiária. E são os melhores exemplos de como a floresta pode sim ajudar a reduzir a desigualdade social.

Meus amigos e minhas amigas,



A criação do Serviço Florestal Brasileiro, parte integrante da lei que sancionamos hoje, dá à sociedade brasileira a capacidade de planejar e gerenciar o uso das florestas e atende a uma reivindicação de mais de 30 anos das entidades envolvidas com o setor. Cabe a este novo órgão gerir e fiscalizar as concessões de florestas públicas no Brasil. A previsão é de que, em dez anos, 13 milhões de hectares de matas, o equivalente a 3% da Amazônia, sejam explorados por meio deste modelo. O Serviço também será responsável por fomentar as atividades de manejo sustentável das florestas e gerir o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, outro dispositivo criado pela Lei e que será constituído a partir dos valores pagos pelos concessionários das áreas públicas. Tenho a certeza de que, ao estabelecer a criação destes dois órgãos, a Lei de Gestão de Florestas Públicas já nasce com os mecanismos necessários para a sua rápida implementação. E é com isso que poderemos continuar a cumprir as metas estabelecidas pelo Programa Nacional de Florestas.

Quando elaboramos o programa, em 2003, tínhamos à frente um desafio que já foi citado pelo meu companheiro Capobianco, mostrando que é plenamente possível, na medida em que nós tiramos, pura e simplesmente, a palavra “proibir” e passamos a colocar a palavra “como fazer”, nós conseguimos encontrar o caminho do meio que permite que trabalhadores, que empresários e que outros companheiros que vivem da floresta possam trabalhar da forma mais pacífica, mais tranqüila, sem que ninguém perturbe a paz de ninguém.

Uma característica importante dessa expansão do reflorestamento é a de levar cada vez mais renda e emprego aos pequenos produtores. Em 2005, os pequenos produtores foram responsáveis por 23% das plantações. Quando o programa foi elaborado, eles eram responsáveis por apenas 7% do plantio anual. Avançamos também no manejo sustentado das áreas naturais, elevando de 300 mil para 1 milhão e 300 mil hectares as áreas exploradas desta forma.



Estou certo de que, com os dispositivos criados pela Lei de Gestão de Florestas Públicas, vamos fazer o possível para atingir a meta de 15 milhões de hectares prevista para 2007. Assim, uniremos ainda mais a preservação do meio ambiente a uma vida digna para as inúmeras comunidades que fazem da floresta o seu ganha-pão.

Minhas senhoras e meus senhores,

Já disse em outras oportunidades que estamos conseguindo mudar o Brasil porque o econômico e o social estão andando juntos, produzindo resultados concretos em benefício do nosso povo. Quero dizer hoje que, além do econômico e do social, a política ambiental está de braços dados com o desenvolvimento brasileiro. A maior prova disso é a Lei de Gestão de Florestas Públicas que acabamos de sancionar. Ela amplia a capacidade do Brasil de criar, no presente, oportunidades de uma vida melhor para o nosso povo. E preserva, para as próximas gerações, uma riqueza que nos diferencia da maioria dos países do mundo: nosso inestimável patrimônio natural.

Meus amigos e minhas amigas,

Eu penso que, em um ato como este, nós precisamos fazer justiça a quem verdadeiramente trabalhou para que essas coisas saíssem do jeito que saíram. Temos vetos na Lei, a Marina vai conversar com a imprensa daqui a pouco, mas o dado concreto e objetivo é que eu vivi um período de Constituinte neste país em que a discussão sobre a questão ambiental era simplesmente a política do 8 ou 80. Não existia diálogo, não existia meio termo, era uma guerra: ou você destrói tudo ou você não destrói nada; ou você transforma a Amazônia em um santuário da humanidade ou você a destrói de forma totalmente descontrolada.

O que a nossa querida companheira Marina fez junto com os seus companheiros do Ministério, junto com o Ibama, junto com os empresários, junto com ONGs, foi provar o quê? Foi provar que quando há a disposição política de governo de encontrar uma solução para um problema que de um



lado era conflituoso, que colocava trabalhadores e empresários sempre brigando, e de outro lado colocava empresários como se fossem empresários praticando atos ilegais todo santo dia, com denúncia pela imprensa. Coloca-se toda essa gente que vivia em conflito em uma mesa de negociação e cria-se um instrumento legal que permite que, como na “Ceia Santa”, a gente possa sentar em paz e com tranquilidade e começar a decidir como utilizar corretamente esse patrimônio que Deus nos deu de presente e que, muitas vezes, por falta de informação ou por má-fé foi, uma parte dele, dizimada, eu diria até, de forma irresponsável. E muitas vezes irresponsável, não por má-fé, irresponsável por falta do conhecimento, achando que era simplesmente desmatar e plantar outra coisa, que ia dar, sem levar em conta as particularidades e as peculiaridades da própria Amazônia.

Eu acho que hoje todos nós temos mais conhecimento sobre o assunto. Os ambientalistas são mais ambientalistas hoje do que eram há 20 anos; os anti-ambientalistas são menos anti-ambientalistas do que eram há 20 anos; os empresários estão compreendendo melhor; o governo está compreendendo melhor; os trabalhadores compreendem melhor. Não há nenhuma disposição do governo de facilitar as coisas sem nenhum controle, mas também de não proibir sem nenhum controle. Há de se levar a sério cada discussão, e sabem os companheiros que terão a responsabilidade de fazer cumprir esta Lei, que não basta ter a lei porque, no Brasil, tem muitas leis que “pegaram” e outras que “não pegaram”. Portanto, a lei é apenas um instrumento para que os nossos companheiros de ONGs, do Ibama, do Ministério, da ANA, todos os brasileiros se preocupem em acompanhar para que a lei seja definitivamente cumprida e para que ninguém cometa nenhum ato de ilegalidade, seja pequeno, médio ou grande.

Isso não seria possível se nós não tivéssemos uma ministra da qualidade da Marina. Não seria, porque a Marina, ela é a síntese, ela é a mistura da prática com a teoria. Tem muita gente que conhece o meio



ambiente pela teoria, tem muita gente que conhece a prática, porque vive lá. A Marina teve a bênção de Deus de conhecer os dois: nasceu no meio da floresta, aos 16 anos foi para a escola, se formou, e hoje é tanto teórica quanto prática. Ela tem a mesma competência para discutir com um seringueiro do Acre como tem para discutir com um geógrafo ou um geólogo, ou qualquer outro intelectual das nossas universidades. E isso permitiu que ela construísse uma política de trânsito junto aos senadores, junto aos deputados, junto aos empresários, junto às entidades representativas da sociedade civil, e pudesse construir esse projeto.

Certamente, esta Lei não é a ideal. Certamente vai ter gente achando que ela poderia ter um artigo a mais, um parágrafo a menos, ou coisa parecida. E, certamente, vai ter gente que acha que ela é ótima. O que importa não é se ela atingiu totalmente as intenções do governo ou se ela atingiu totalmente as intenções dos empresários ou dos ambientalistas. O que importa é que esta Lei é a demonstração mais viva da competência de fazer a arte do possível que teve a nossa querida companheira Marina.

Eu acho, Marina, que aqui, desta tribuna, eu já elogiei muitos ministros, já fiz rasgados elogios a vários companheiros. E eu acho que hoje é o dia de dizer a todos vocês, e dizer à Marina, porque ela disse que talvez ela termine o governo não tão popular. Para mim, está cada vez mais popular. Para mim, se for candidata a alguma coisa me avise, que eu transfiro meu título para o Acre, só para provar a minha vontade, e como você está popular no meu meio.

Mas eu acho, Marina, que a gente deveria dizer em alto e bom som: eu tenho vários ministros, tenho aqui um grupo de companheiros extraordinários, você conhece todos quanto eu conheço, há 10, 15, 20 anos, alguns há 30 anos. Tem pessoas fantásticas. Agora, Marina, eu acho que todos os brasileiros, os que gostam de você e os que não gostam de você, os que não gostam e nem desgostam de você, eu acho que todos nós sabemos que o Brasil tem como Ministra do Meio Ambiente alguém muito especial.





Eu não sei se, no mundo inteiro, outro país tem uma ministra da qualidade da Marina. Mas eu posso dizer: no Brasil nunca houve, nesta área, alguém com a competência, com a disposição de briga, com a disposição de negociar, com o conhecimento, com a meiguice e com a ternura da nossa companheira Marina.

Meus parabéns pela aprovação do Projeto, Marina.